



ANÁLISE DO PORTAL CATARINAS – JORNALISMO INDEPENDENTE E COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: A COBERTURA JORNALÍSTICA DA ELEIÇÃO DE 2018

Ligia Tesser¹
Naiara Persegona²

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo analisar a cobertura jornalística das eleições 2018 no Portal Catarinas – Jornalismo Independente e com Perspectiva de Gênero, para compreender como esse momento foi abordado e quais temas se desdobram a partir dele. Para isso, o recorte do material jornalístico compreende quase dois meses de cobertura, com início no dia 14 de setembro até as vésperas do segundo turno presidencial, dia 27 de outubro. O tratamento metodológico do artigo tem como alicerce os procedimentos metodológicos de Análise de Conteúdo (AC), também contando com sustentação teórica de autores que versam sobre hegemonia, democracia, demanda social e gênero.

PALAVRAS-CHAVES: jornalismo, gênero, democracia, eleições 2018.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar la cobertura periodística de las elecciones 2018 en el Portal Catarinas - Periodismo Independiente y con Perspectiva de Género, para comprender cómo este momento fue abordado y qué temas se desdoblan a partir de él. Para ello, el recorte del material periodístico comprende casi dos meses de cobertura, comenzando el 14 de septiembre hasta las vísperas de la segunda vuelta presidencial, el 27 de octubre. El tratamiento metodológico del artículo tiene como base los

procedimientos metodológicos de Análisis de Contenido (AC), también contando con sustentación teórica de autores que versan sobre hegemonía, democracia, demanda social y género.

PALABRAS CLAVES: periodismo, género, democracia, elecciones 2018.

Introdução

O presente artigo se propõe a analisar a cobertura das eleições 2018 produzida pelo portal de notícias Catarinas, com o objetivo de compreender quais temas específicos e derivados foram abordados no portal, durante o período eleitoral e, a partir disso, refletir sobre democracia, hegemonia, demanda social e gênero.

O Portal Catarinas é especializado em feminismo e gênero e surgiu em 2016, fruto das atividades de movimentos feministas catarinenses, com apoio da Rede Nacional Feminista de Saúde, que atua em Santa Catarina, desde 2012. O portal de notícias conta com textos editoriais, opinativos e reportagens especiais que, geralmente, contrapõem as temáticas veiculadas pelos meios de comunicações tradicionais e, por isso, constitui-se também como um veículo de comunicação independente. O site conta com financiamento coletivo, por meio de plataforma disponível na internet.

A técnica metodológica escolhida é a Análise de Conteúdo (AC), proposta por

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG. Email: ligiatesser@gmail.com. Membro do Grupo de Pesquisa de Jornalismo e Gênero.

²Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG. E-mail: naiara.persegona@gmail.com.

Bardin, a qual auxiliou na categorização dos títulos das matérias publicadas entre 14 de setembro e 27 de outubro de 2018. Esse conjunto de dados de quase dois meses de cobertura vai ajudar a responder as seguintes questões de pesquisa: 1) Como o jornalismo com perspectiva de gênero aborda o período eleitoral? 2) Quais temas se desdobram a partir da cobertura jornalística do pleito presidencial?

Metodologia

Para analisar a cobertura jornalística do portal, utilizamos o método Análise de Conteúdo proposto por Laurence Bardin (1977). Para a autora, a AC é um conjunto de técnicas de análise em que são aplicados procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, possibilitando aos pesquisadores fazer inferências.

Neste artigo, as inferências são sobre a cobertura jornalística feita pelo Portal Catarinas a respeito das eleições 2018. Para tanto, seguimos as três etapas estabelecidas por Bardin: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na etapa de pré-análise todo o material - de 14 de setembro até 27 de outubro - foi lido. Após a leitura, tornou-se possível estabelecer quais categorias de análise são importantes para sistematizar a cobertura. Concluída a

primeira fase, iniciamos a exploração do material, que é caracterizado como a fase de codificação, por meio da percepção de Unidades de Registros (UR), que irrompem das Unidades de Contexto (UC). Nesse segundo momento, determinamos as duas categorias de análise do artigo: a) matérias específicas sobre as eleições 2018; e b) matérias com temas paralelos resultantes das eleições 2018.

Um referencial de codificação é um modo sistemático de comparação. Ele é um conjunto de questões (códigos) com o qual o codificador trata os materiais, e do qual o codificador consegue respostas, dentro de um conjunto predefinido de alternativas (valores de codificação). Embora o corpus de texto esteja aberto a uma multidão de possíveis questões, a AC interpreta o texto apenas à luz do referencial de codificação, que constitui uma seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa. (BAUER, 2000, p. 199)

A organização da cobertura em duas categorias de análise deu-se por meio da separação dos títulos das matérias. Tais dados são o horizonte da discussão teórica proposta pelo artigo, que versa sobre democracia, hegemonia, demanda social e gênero.

A cobertura jornalística das eleições 2018

Para observar os títulos da cobertura jornalística sobre as eleições pelo Portal Catarinas, a princípio iríamos delimitar o recorte do dia 1 de outubro a 27 de outubro (véspera do pleito pra o segundo turno), sendo que o primeiro turno ocorreu em 7 de outubro.

Assim, a amostragem presente seria formada pelos dias mais próximos das eleições, podendo ser o período de maior interesse da cobertura jornalística ao tema.

Contudo, ao observar o material somente no mês das eleições, observamos que seriam poucos materiais para formar a amostra desta pesquisa³. Assim, ponderamos e optamos por levantar todo o material sobre as eleições de 2018 e seus assuntos relacionados, o que resultou na amostragem desde o dia 14 de setembro. O material coletado foi organizado em formato de tabela, com indicação de título e data de publicação:

Título da matéria	Data
Editorial – Não existe equivalência quando um lado faz apologia ao estupro	27/10
Opinião - Por que voto em Haddad e Manuela	26/10
Coletivo lança manifesto #EleNão poéticas combativas ao inominável	24/10
O que pensam os dois candidatos ao Governo de Santa Catarina sobre desigualdade de gênero	10/10
Eleições 2018: as demandas das mulheres no estado mais conservador do País	03/10
Caroline Bellaguarda: não nos aliamos a burgueses nem com fascistas	03/10

Acompanhe o mapeamento das candidaturas feministas de Santa Catarina	03/10
Kerexu: em defesa do ecofeminismo e de uma sociedade que promova a abundância	03/10
Luíza Bittencourt: ninguém mais nos representará a não ser nós mesmas	01/10
O grito #EleNão ecoa na maior manifestação de mulheres da história do País	30/09
Editorial – Mulheres diferentes, mas unidas, seremos cada dia mais a voz da transformação	28/09
Jéssica Michels: defesa de uma política de saúde sexual e reprodutiva emancipadora	27/09
Janete Teixeira: criação de grupos de apoio multidisciplinar para mulheres e comunidade LGBTQ+	26/09
Manifestações marcam a primavera feminista pela legalização do aborto e contra o fascismo	26/09
Educação não machista será prioridade de Camasão (PSOL) se eleito em Santa Catarina	25/09
Ideli Salvatti: coerência política e compromisso com um projeto libertador	25/09
#somosmuitas -O levante feminino	25/09
Carla Ayres: precisamos conquistar nossa legitimidade no voto	24/09

³ Entende-se aqui que a cobertura de um portal independente não conta com um grande número de repórteres e não tem o intuito de se fazer uma cobertura jornalística como a da

grande mídia, que conta com maior produção diária de notícias e demais produtos.

Mariana Franco: combater o fascismo e todas as injustiças sociais que as mulheres sofrem	22/09
Ingrid Assis defende investimento de 1% do PIB no combate à violência contra as mulheres	22/09
“O sistema capitalista transforma nossas diferenças em desigualdade” diz Vera Lúcia do PSTU	22/09
Ligia Moreira: acredito mais do que tudo no poder da educação e do acesso à informação	21/09
Sayonara de Araújo Pessoa: comprometimento das mulheres com a pauta feminista é indispensável	20/09
Para Manuela D’Ávila, gênero e raça estruturam projeto de País	19/09
Mulheres nas eleições 2018: a possibilidade de candidaturas mais competitivas	18/09
As mulheres na vanguarda da resistência ao retrocesso	14/09

Tabela elaborada pelas autoras

No período entre o dia 14 de setembro a 27 de outubro de 2018, o Portal Catarinas publicou 26 textos relacionados às eleições. Destes, 19 matérias abordam diretamente as eleições, a partir do mapeamento das candidatas ou levantamento de pautas de candidatos concorrentes em Santa Catarina. As outras sete matérias restantes versam sobre

assuntos relacionados às eleições, os quais contemplam editoriais opinativos com o nome #somomuitas, que cobriram manifestações de mulheres contra pautas conservadoras, contra o fascismo e o movimento #elenão.

Nota-se que das 19 matérias que são diretamente sobre as eleições, as pautas são a cobertura de candidaturas de mulheres cis⁴ ou trans⁵, sejam para cargo da presidência, vice-presidência, deputados estadual e federal ou senador. Os textos dizem respeito às entrevistas sobre as propostas das candidatas, sendo que a pauta principal surgiu de um projeto de iniciativa do próprio Portal Catarinas. O projeto foi uma chamada às candidaturas feministas de Santa Catarina, com foco central para as candidatas mulheres cis ou trans. Um dos exemplos é o texto publicado no dia 1 de outubro sobre a candidata Luiza Bittencourt, 43 anos, candidata a deputada federal pelo PSOL. Luiza é mulher trans, lésbica e branca.

Gênero e marxismo no cerne na discussão

A antropóloga Gayle Rubin, no seu livro “Políticas do Sexo”, sublinha o conceito “sistema de sexo/gênero” formulado pela autora, que leva em conta “uma série de arranjos por meios dos quais uma sociedade transforma sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais essas

⁴ É o indivíduo que se apresenta ao mundo e se identifica com o seu gênero biológico.

⁵ Abrange as pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi designado ao nascer.

necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 2007, p.11).

Rubin também leva em conta em sua análise o marxismo, o qual considera uma teoria com potencial para explicar a opressão da mulher pela ótica da opressão de classe. Uma das tentativas disso foi a argumentação de que a mulher é uma força de trabalho secundária, ou melhor, como a autora cita, “reserva” do capitalismo e seus desdobramentos a partir dessa situação. Contudo, a antropóloga destaca que há reflexões que vão além e tentam “notar que a opressão das mulheres se encontra no cerne da dinâmica capitalista” (RUBIN, 2017, p. 12)

A exploração do trabalhador é concebida pelo conceito de *mais-valia*, que seria o excedente entre o valor da força de trabalho e o valor que é vendido o bem produzido por ele, ou seja, aquilo que não fica para o trabalhador. Contudo, os bens e produtos são feitos para suprir necessidades que são traduzidas como mercadorias básicas, o seu consumo reforça a reprodução da força de trabalho. Por outro lado, o trabalho da mulher é considerado como adicional, Rubin dá exemplos: cozinhar alimentos, cortar lenhas, lavar roupas, ou seja, os trabalhos domésticos, não comprados com o salário.

Notoriamente, a sociedade conhecida se constituiu com as mulheres fazendo o trabalho doméstico, sendo esse um processo importante, de acordo com a antropóloga, para a reprodução do trabalhador. No entanto, o

trabalho doméstico não é assalariado, então essa modalidade de trabalho contribui para a constituição final de mais-valia, que acontece no capitalismo.

Para Rubin, esse mecanismo do capitalismo explica a utilidade das mulheres no sistema, mas, por outro lado, não esclarece os motivos do início da opressão sobre elas. Sendo assim, a autora afirma que é nesse entrave que o capitalismo deixa de explicar a respeito das mulheres as opressões sofridas por elas.

Rubin reescreve Marx sobre sua análise da reprodução do trabalho:

O que é necessário para reproduzir o trabalhador é determinado em parte pelas necessidades biológicas do corpo humano, em partes pelas condições físicas do lugar onde ele vive, e em parte pela tradição cultural. Marx observou que a cerveja é necessária para a reprodução da classe trabalhadora inglesa, e o vinho para a francesa (RUBIN, 2017, p. 15).

Para Marx, a formação das necessidades do trabalhador é constituída a partir de elemento moral e histórico, e para Rubin são esses dois aspectos que determinam, por exemplo, qual sexo deve fazer os trabalhos domésticos. Entre várias marcas das diferenças socioculturais constituídas entre homens e mulheres, em que, segundo a autora, instaurou-se o capitalismo. No entanto, a submissão do sexo feminino ao masculino não é abarcada pela teoria marxista. “É apenas submetendo à análise esse ‘elemento histórico e moral’ que

se pode descrever as estruturas da opressão sexual” (RUBIN, 2017, p. 16).

Rubin, apesar de entender as limitações do marxismo para explicar o surgimento da submissão do gênero feminino ao masculino, salienta que é uma teoria que contribui para mostrar os aspectos da opressão na sociedade capitalista, a qual a comunidade brasileira, por exemplo, está inserida. Sendo assim, tendo como um dos reflexos, também, durante as eleições no sistema democrático.

O Poder público e a Democracia: desigualdades de direitos

O livro “A democracia no mundo de hoje”, de Otfried Höffe, publicado em 2005, mostra que o Estado nacional trabalha para beneficiar uma democracia, chamada pelo autor, como qualificada, sendo assim, se considera como uma posição de modelo. Para esclarecer o texto, o autor aborda algumas formas de prestações que acontecem entre o Estado e a sociedade, para haver a separação entre eles. Isso acontece para que haja uma autonomia multidimensional dos indivíduos, então os exemplos: liberdade religiosa, econômica e cultural.

Para o autor, no viés da Economia moderna, ela não pode ser operada sem “integração comunicativa”, que tem sua criação no Estado nacional. Segundo o autor, os mecanismos que fazem parte do Estado de Direito e de uma sociedade industrial têm objetivo de fortalecer o âmbito coletivo.

Utilizando seguro sociais previstos por lei, ele se desenvolve para atingir o posto de comunica solidária; e, com a ajuda social, assume até mesmo prestações adicionais meritórias. Como esse tipo de prestações constitui o fundamento da confiança, da disponibilidade para cooperação e da solidariedade, mesmo um defensor pós-nacional, Habermas, reconhece que, somente através da consciência nacional, conseguiu-se transformar súditos em cidadãos que se sentem responsáveis uns pelos outros (HOFFE, 2005, p.201).

Interessante notar que é com o Estado nacional que surgem as bases de direitos fundamentais e humanos, inclusive levando em conta a desigualdade de direitos entre mulheres e homens. Portanto, é na lógica de prestação que, no Estado nacional, se fundamenta o modelo de Estado moderno, a democracia liberal e social.

Por outro lado, problemas vieram junto com a criação do Estado nacional, com representações agressivas, como a xenofobia. Sendo assim, o autor levanta uma das críticas fundamentais ao Estado nacional, que se compõem em quatro argumentos:

Em primeiro lugar, as tarefas públicas elementares, como a garantia do direito e a compensação democrática de interesses entre os cidadãos, não estão atreladas ao arraigamento mental em uma nação. Em segundo lugar, graças a mudanças ocorridas nas condicionantes gerais, nomeadamente, o advento de uma globalização multifacetada, o Estado nacional está superado historicamente. Em terceiro lugar, por causa da ideia dos direitos humanos universais, ele se mostra, em princípio sempre, mas atualmente, na era de seu reconhecimento geral, infinitamente ilegítimo. Enfim, deveria ser feita uma distinção conceitual entre o Estado e seu caráter nacional, não

se podendo, no caso das prestações supramencionadas, sobrestimar a contribuição que remonte à parcela nacional de cada Estado singularmente. (HOFFE, 20015, p.203).

Dessa forma, podemos avaliar que o trabalho do Portal Catarinas se aproxima de algumas práticas ideais do Estado Moderno de dar igualdade de espaço para mostrar as candidaturas de mulheres cis e trans. Assim, ao abrir espaço e contribuir para democracia com o levantamento de candidaturas feministas, ou seja, dá voz à pluralidade de direitos. O Portal publicou 14 propostas de candidatas que tinham como foco expandir direitos de raça, gênero e etnia, por exemplo.

Assim, para o Estado moderno, Hoffe analisa que, para sua criação, três novas propostas foram colocadas, passando de um Estado não mais nacionalista para um “Estado nacional esclarecido”. Para o autor, a quarta modernização é quando o Estado nacional reconhece os princípios universais de justiça. “O Estado nacional dito moderno em sentido normativo regozija de ser reconhecedor dos direitos humanos e de proteger as minorias” (HOFFE, 2005, p. 210).

O Portal Catarinas vai ao encontro da quarta modernização do Estado, mas prestando o serviço por meio de uma imprensa independente e se contrapondo aos meios de comunicação tradicionais, que pouco espaço dão às minorias. Nesse caso, temas relacionados às minorias estão presentes em todos os títulos, posicionando suas matérias na

contramão de um Estado conservador e mantenedor do *status quo*.

Logo, Armand Mattelart, no trabalho “Ideologia, Informação y Estado Militar”, publicado em 2017, comenta que a doutrina de desintegração do Estado democrático e republicano, em que se encontra um enfraquecimento dos poderes instituídos constitucionalmente se manifesta por uma hegemonia militar juntamente com aparatos do próprio Estado. Segundo o autor, ao passar a um Estado de direito novo é o que se tenta justificar nas expressões de um estado de exceção.

Importante notar, que o autor esclarece que é exatamente uma doutrina de segurança nacional que legitima arbitrariedades, mascarada de uma “pseudolegalidade”. O autor também alerta que o texto fundamental do regime, inclusive no Brasil, foi inspirado em outros Estados militares latino-americanos.

Então, em um dos exemplos que o autor mostra dos artigos criados em 1969:

En el artículo 45 define em estos términos la “propaganda subversiva”: “la utilización de todo medio de comunicación social, periódicos, revistas, publicaciones, libros, boletines, volantes, radio, televisión, cine teatro y de todo medio del mismo género como vehículos de propaganda de guerra psicológica adversa, o de guerra revolucionaria o subversiva [...]. Las reuniones em los lugares de trabajo [...]. La constitución de comités, de reuniones públicas, desfiles, o manifestaciones... huelgas prohibidas [...] la injuria, la calumnia o la difamación que toquen a la autoridad pública em el

ejercicio de sus funciones (MATTELART, 2017, p.708)⁶.

São cláusulas como essas que fazem com que um professor ou um aluno fosse expulso de uma universidade, que consiste em um espaço público. Nessa ordem de análise, observa-se que os textos publicados e que se enquadram no tópico de análise “marcos da composição do produto”, nos quais são publicados assuntos tangenciais às eleições, como: “O levante feminino”, que diz respeito ao movimento de mulheres contra o candidato à presidência, e conservador, Jair Bolsonaro (PSL) no Facebook, ou mesmo o texto “O grito #EleNão ecoa na maior manifestação de mulheres da história do País”, publicado no dia 30 de setembro (ver tabela), são textos de manifestações que tornam público e mostram o movimento contra os sinais de um Estado de exceção.

Demanda social e hegemonia

Luciano Gruppi no seu livro “O Conceito de Hegemonia em Gramsci” apresenta o conceito de hegemonia do filósofo italiano marxista, “como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as

orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (GRUPPI, 1972, p.3).

O autor que analisa Gramsci, observa que o italiano olha para hegemonia através da posição de Lenin (com um paralelo teórico-prático), em que a hegemonia para o estadista russo é o mesmo que a ditadura do proletariado. De maneira geral, se compreende que o proletariado ao tomar o poder, une forças para combater o capitalista, sendo assim se torna hegemônico.

A hegemonia é capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário. Nesse sentido, pode-se dizer que a hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia (GRUPPI, 1972, p.5).

De acordo com Gruppi, o marxismo orienta que o proletário seja participante de forma incisiva da revolução e direção burguesa, para assim seja possível realizar uma democracia proletária, que como consequência daria fim a tal revolução. O autor também analisa que é desse cenário que emerge a necessidade da hegemonia, que significa a forma capaz de dirigir do proletário na tal fase de “revolução democrático-burguesa”, por isso se compreende que Gramsci refere-se à

⁶ O artigo 45 define nesses termos a "propaganda subversiva": "o uso de todos os meios de comunicação social, jornais, revistas, publicações, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema e todos os outros meios do mesmo gênero veículos de propaganda de guerra psicológica adversa, ou de guerra revolucionária ou subversiva [...]. Reuniões nos locais

de trabalho [...]. A constituição de comissões, de reuniões públicas, desfiles ou manifestações ... proibiu [...] greves ou insulto, a calúnia ou a difamação que tocam o poder público no exercício de suas funções (MATTELART, 2017, p.708, Tradução das autoras).

hegemonia como dominação. “Por isso, temos aqui a hegemonia entendida não apenas como direção política, mas também como direção moral, cultural, ideológica” (GRUPPI, 1972, p.11).

Logo, no capítulo “Os Cadernos do Cárcere”, Gruppi analisa os principais temas abordados por Gramsci em sua obra com o mesmo nome. O objetivo de Gruppi é dar continuidade a sua exploração sobre o conceito de hegemonia.

Gruppi inicia com o diário “O materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce”, na qual o autor considera estarem as bases do conceito de hegemonia. Para Gramsci, a consciência do homem é fruto das relações sociais, sendo a partir disso que surge uma de suas problemáticas, a de como elaborar uma concepção de mundo que seja crítica. Além disso, para Gramsci, o processo histórico é fruto de um processo também social, ou seja, de formação político-ideológica.

A hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que - através de sua ação política, ideológica, cultural- consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças explore, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá

coincidir com a crise política das foras no poder (GRUPPI, 1972, p.70).

Para Gruppi, Gramsci conta com uma definição central de hegemonia: “A hegemonia é tal enquanto se traduz numa reforma intelectual e moral” (GRUPPI, 1972, p.72). Essa definição passa pela análise da luta de classes definido por Marx e as relações do proletariado com uma reforma intelectual e moral.

Para Gruppi, a hegemonia tem capacidade de construir um “bloco histórico”, que consiste na existência de forças sociais que coíbem em uma unidade. “A luta pela hegemonia deve envolver todos os níveis da sociedade: a base econômica, a superestrutura política e a superestrutura ideológica” (GRUPPI, 1972, p. 78).

Na lógica da modernidade, Octávio Ianni em “O Príncipe Eletrônico”, o autor analisa o cenário da globalização em analogia ao “O Príncipe” de Maquiavel, e o moderno príncipe de Gramsci. Para o autor, o príncipe eletrônico, além de absorver os anteriores, os ultrapassa.

Segundo Ianni, o príncipe para Maquiavel é uma pessoa; já para Gramsci é uma organização, sendo que ambos articulam com os conceitos de hegemonia e soberania. Contudo, Ianni diz que o príncipe eletrônico é como uma entidade invisível, porém ativa e que permeia todos os níveis da sociedade. O autor ainda ressalta que o príncipe eletrônico

conta com uma visão de mundo típica dos “blocos de poder predominantes”.

São muitos os caminhos, assim como as redes, que conduzem à política eletrônica, à democracia eletrônica, à tirania eletrônica ou ao príncipe eletrônico. Há poderosos e predominantes interesses corporativos impondo-se mais ou menos decisivamente às instituições "clássicas" da política, compreendendo partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião pública e governos, em seus poderes legislativo, executivo e judiciário (IANNI, 1999, p. 18).

Ianni reflete que as tecnologias são dadas na contemporaneidade como mídias ou aplicações inocentes, contudo o autor alerta, que, nesse jogo, elas são, na verdade, inseridas como técnicas sociais. O autor ressalta que as tecnologias da comunicação e informação não são transparentes na divulgação de seus processos.

Em escala crescente, predominam as novas tecnologias da comunicação, informação e propaganda, às vezes com objetivos democráticos, mas em outras e muitas vezes com objetivos autoritários. Sim, porque as novas tecnologias estão organizadas em empresas, corporações ou conglomerados, como empreendimentos capitalistas articulados com grupos, classes ou blocos de poder predominantes em escala nacional ou mundial (IANNI, 1999, p.22).

Ianni destaca que a pós-modernidade está ligada diretamente a modelos sistêmicos de operação, sendo que as tecnologias e o

ciberespaço estão imersos a uma rede sistêmica e altamente lucrativa. Por outro lado, o autor reflete que este mundo não está pronto, mas sim está sempre em evolução, calcado em problemáticas como desigualdades.

O príncipe eletrônico pode ser visto como uma das mais notáveis criaturas da mídia, isto é, da indústria cultural. Trata-se de uma figura que impregna amplamente a política, como teoria e prática. Impregna a atividade e o imaginário de indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais, nações e nacionalidades, em todo o mundo. Em diferentes gradações, conforme as peculiaridades institucionais e culturais da política em cada sociedade, o príncipe eletrônico influencia, subordina, transforma ou mesmo apaga partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião, legislativo, executivo e judiciário. Permanente e ativo, situado e ubíquo, visível e invisível, predomina em todas as esferas da política, adquirindo diferentes figuras e figurações, segundo a pompa e a circunstância. (IANNI, 1999, p. 24).

Para o autor, o príncipe eletrônico pode ser uma nova versão do intelectual orgânico, tanto de grupos quanto de blocos de poder dominante. Ianni entende que esses grupos de poder dominante contam com a influência dos meios de comunicação, informação e de propaganda, que funcionam como indústria cultural.

Na lógica da descrição do pensamento sobre hegemonia, pode-se localizar o Portal Catarinas, como um meio de comunicação independente e contra hegemônico, seja pelo

seu perfil de fundação de abrir espaço para as minorias ou pelas pautas levantadas na cobertura da campanha eleitoral, que possivelmente não teriam o mesmo viés na imprensa tradicional.

Ao mesmo tempo, em que, por ser um veículo publicado apenas na internet, o portal de notícias analisado aqui, está situado no contexto descrito por Ianni, porém o site atua com publicações de assuntos visando sanar problemáticas como desigualdades ainda presentes no mundo contemporâneo.

Considerações finais

Para iniciar a discussão da análise do Portal Catarinas e sua cobertura das eleições, utilizou-se aqui o debate da desigualdade entre o gênero feminino e o gênero masculino, com base nas reflexões de Gaye Rubin, que apontam uma discussão pelo viés marxista. A teoria marxista faz críticas à sociedade capitalista, na qual a brasileira está inserida. Com essa perspectiva, insere-se o contexto da análise às eleições, partindo da visão de um portal de notícias independente e com perspectiva de gênero.

Sendo assim, o presente recorte pesquisado para análise, de 14 de setembro a 27 de outubro, foi proporcionado pelo próprio objeto de estudo, descartando-se a possibilidade de uma amostra menor. Isso devido as próprias características do veículo de comunicação analisado e por meio do

procedimento metodológico de Análise de Conteúdo (AC).

Dessa forma, foi aferido que, no período entre o dia 14 de setembro a 27 de outubro de 2018, o Portal Catarinas publicou 26 textos de cobertura eleitoral; destes 19 matérias eram diretamente ligadas às eleições, e sete textos são originados de pautas relacionadas à temática central.

Percebe-se que as 19 matérias diretamente relacionadas às eleições versam sobre as candidaturas de mulheres cis ou trans, para todos os cargos de concorrência. Os textos abordam entrevistas sobre as propostas das candidatas, sendo que a pauta principal surgiu de um projeto de iniciativa do próprio Portal Catarinas. O projeto foi uma chamada às candidaturas feministas de Santa Catarina, com foco central para candidaturas de mulheres cis ou trans.

Também se nota que no tópico dos assuntos relacionados com as eleições foram publicadas sete matérias, as quais contemplam editoriais opinativos e a editoria com o nome #somosmuitas, que cobriram manifestações de mulheres contra pautas conservadoras, contra o fascismo e o movimento #elenão.

A partir da leitura de Otfried Höffe (2005), que sublinha que os mecanismos que fazem parte do Estado de direito e de uma sociedade industrial têm objetivo de fortalecer o âmbito coletivo. Analisa-se que o Portal Catarinas vai ao encontro da quarta modernização do Estado, descrito pelo autor,

prestando o serviço por meio de uma imprensa independente e contrapondo os meios de comunicação tradicionais, que pouco espaço dão às minorias. Durante a análise dos títulos, foi possível perceber que temas relacionados às minorias estão presentes em todas as publicações, posicionando suas matérias na contramão de um Estado conservador e mantenedor do *status quo*.

A partir das considerações de Armand Mattelart (2017) sobre o Estado novo, observa-se que os textos publicados pelo Portal Catarinas com assuntos tangenciais às eleições, como: “O levante feminino”, que diz respeito ao movimento de mulheres contra o candidato à presidência, e conservador, Jair Bolsonaro (PSL) no Facebook, ou mesmo o texto “O grito #EleNão ecoa na maior manifestação de mulheres da história do País”, publicado no dia 30 de setembro. Pode-se considerar que, textos de manifestações como esse, além de tornar público, mostram o movimento contra os sinais de um Estado de exceção.

Com base nas visões sobre hegemonia e a contemporaneidade do príncipe eletrônico, pode-se localizar o Portal Catarinas como um meio de comunicação independente e contra hegemônico, seja pelo seu perfil de fundação de abrir espaço para as minorias ou pelas pautas levantadas na cobertura da campanha eleitoral, que possivelmente não teriam o mesmo viés na imprensa tradicional. Também, por ser um veículo publicado somente na

internet, o portal de notícias analisado aqui, está situado no contexto descrito por Ianni (1999), porém o site atua com publicações de assunto para sanar problemáticas como desigualdades, ainda presentes na sociedade atual.

Referências Bibliográficas

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1972. Cap. I - O conceito de hegemonia em Gramsci, p.1-14; Cap. V – Os cadernos do cárcere, p.62-82.

Höffe, Otfried. **A democracia no mundo de hoje**. Martins Fontes: São Paulo, 2005. Cap. 4, Poderes públicos, p. 105-141; Cap. 6, Destituição do Estado?, p. 174-218.

IANNI, Octávio. **O príncipe eletrônico**. Perspectivas. São Paulo. 1999. nº 22, p.11-29

MATTELART, Armand. Ideologia, informação y Estado militar (Fraça, 1978). p.700-736. In.: MATTELART, Armand; e SIEGELAUB, Sieth. **Comunicación y lucha de classes**. Vol. 1. Capitalismo, imperialismo. Ciespal: Quito, 2017

MORAES, Dênis de. **COMUNICAÇÃO, HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA: A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE GRAMSCI**. In: <http://www.seer.ufgrs.br/debates/article/view/File/12420/8298>

RUBIN, G. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. In: RUBIN, G. **Políticas do Sexo**. São Paulo: UBU Editora, 2017. p. 9-60.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. **Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico**. Revista Rumores. Edição 10, v.5, jul.-dez. 2011.